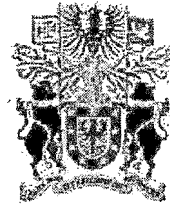




I Grupo Parlamentar I



Excelentíssima Senhora Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores

Assunto: Projeto de Resolução – Recuperação da SATA

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, nos termos regimentais aplicáveis, o Projeto de Resolução em epígrafe.

Solicita-se a deliberação de urgência e dispensa de exame em comissão, ao abrigo dos arts. n.º 146.º e alínea a) do n.º 1 do 147.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com os melhores cumprimentos.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Paulo Mendes)

12 de junho de 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada:	1442 Proc. n.º 107
Data:	02/06/2020 N.º 238/XI



I Grupo Parlamentar I



Projeto de Resolução

Recuperação da SATA

Devido à pandemia da Covid-19, ficou ainda mais clara a importância dos serviços públicos: todos os nossos olhos se viraram para o Serviço Regional de Saúde, nos Açores, e para o Serviço Nacional de Saúde a nível nacional, que apesar do definhamento a que têm sido sujeitos foram os pilares que suportaram a resposta à pandemia e o combate pela saúde.

Sem margem para dúvidas, até para os mais incrédulos, ficou clara a importância dos serviços públicos como esteio do bem-estar, da dignidade humana e do progresso.

Nos Açores, além dos demais serviços públicos, não podemos esquecer o papel da empresa pública SATA.

A SATA passa por dificuldades desde há vários anos. Erradamente, o Governo Regional optou por um processo de privatização da SATA Azores Airlines em vez de assumir a recuperação do Grupo SATA. A opção pela privatização, para além de errada, como demonstra o exemplo da TAP, constituiu uma perda de tempo que prejudicou a SATA.

O destaque dado pelo presidente do Governo Regional ao papel decisivo da SATA no combate a esta pandemia, assim como a homenagem que a secretária regional dos Transportes e Obras Públicas prestou na passada semana à empresa e aos seus trabalhadores e trabalhadoras não podem ser palavras de circunstância, motivadas pela evidência. Têm de se traduzir em consequências na tomada de decisão política no que ao futuro da SATA diz respeito.

No atual momento, tem sido assunto de debate intenso a importância estratégica da TAP para o país. Muitas e boas razões aduzidas demonstraram o quão errada foi a privatização da empresa.

De entre as muitas razões aduzidas para a intervenção estatal na empresa foi especialmente marcante, nas palavras do Sr. Primeiro-Ministro, a situação geográfica do nosso país, situado no extremo ocidental da Europa.



I Grupo Parlamentar I



Esses mesmos argumentos, utilizados pelo Sr. Primeiro Ministro, aplicam-se que nem uma luva à SATA. Podemos até afirmar que no caso dos Açores são superlativos, tendo em conta a ultraperiferia da Região, a insularidade e a característica arquipelágica.

A SATA é o único fator fiável para a mobilidade dos açorianos e açorianas quer nas deslocações inter-ilhas quer nas ligações ao exterior. É por isso um fator decisivo para a coesão social e económica da região. Basta recordar que foi a SATA que garantiu as ligações do triângulo ao exterior após a TAP ter deixado essas rotas com obrigações de serviço público.

A SATA é uma poderosa alavanca da nossa economia, quer no que respeita a carga-aérea – onde há um boicote das obrigações de serviço público por parte do Governo da República –, no encaminhamento de passageiros residentes e turistas, ou mesmo como estabilizador económico, como no passado se verificou.

São muitas e boas as razões, e todos os dias são mais, para que os Açores mantenham a sua empresa de transporte aéreo pública, em todas as suas vertentes.

O desastre económico, provocado pela pandemia, obrigou a União Europeia a moderar a ortodoxia neoliberal em matéria de apoios de Estado, nomeadamente no que respeita às empresas de aviação.

A importância estratégica da SATA para os Açores, e no quadro de uma estratégia de coesão nacional que todos os intervenientes políticos não se cansam de defender, pode justificar o apoio estatal à SATA no quadro dos projetos de interesse comum, previstos na lei.

Os projetos de interesse comum não são prejudiciais à Autonomia, antes mesmo podem e devem contribuir para o reforço desta, na medida em que o apoio da República a projetos da Região, reforça disponibilidade dos recursos próprios da Região que assim podem ser canalizadas para outras áreas carenciadas.



I Grupo Parlamentar I



Estamos na altura de tomar decisões arrojadas e estratégicas e pôr de lado os remendos, em particular na SATA, por via da situação extremamente difícil em que se encontra, agravada pelas consequências da pandemia.

O Governo Regional tem, desde há vários anos e secundado pelas administrações da SATA, colocado a necessidade de um parceiro estratégico para a SATA de modo a ultrapassar as dificuldades causadas pela pequena escala da empresa, assim como os problemas de gestão que esse facto acarreta para a empresa.

Considerando que o Estado detém uma posição maioritária do capital da TAP, posição esta que no quadro da pandemia, foi utilizada de forma clara pelo Estado.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

1 - Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores mandata o Governo Regional a encetar negociações com o Governo da República com vista a procurar as melhores soluções para a recuperação do Grupo SATA, em todas as suas valências, e de modo a manter o carácter totalmente público e regional da empresa.

2 - Incluir nas negociações, referidas no ponto anterior, a concretização de um acordo entre acionistas das duas companhias aéreas públicas de aviação nacionais - TAP e SATA – que se efetive numa parceria estratégica a ser concretizada posteriormente pelas respetivas administrações das duas empresas.



I Grupo Parlamentar I



3 - O Governo Regional apresenta trimestralmente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o ponto de situação das negociações.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Paulo Mendes)

12 de junho de 2020